



Número: **0830965-54.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **25/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NATANAEL REIS DA SILVA (AUTOR)		CLAUDIA MARIA TERTULINO COSTA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10557143	06/07/2020 10:43	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE**

**PROCESSO Nº: 0830965-54.2019.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: NATANAEL REIS DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**SENTENÇA**

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT** proposta por **NATANAEL REIS DA SILVA** em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, todos qualificados nos autos.

Em despacho de Id 7664012 foi determinada a intimação da parte autora para comprovar nos autos sua condição de hipossuficiência.

Intimada do despacho, a parte autora manteve-se inerte, conforme certidão de ID 8403310

Em razão disso, indeferi o pedido de gratuidade da justiça e determinei que a parte autora emendasse a inicial para recolher as custas processuais devidas, sob pena de extinção e o consequente cancelamento da distribuição ID 8478091.

Intimado da decisão, o autor não se manifestou, conforme certidão ID 10396275

É o relatório.

Decido.

No caso em análise, parte autora foi intimada para recolher o pagamento prévio das custas iniciais, ante o indeferimento da justiça gratuita, deixando transcorrer o prazo *in albis*.

Sabe-se que o processo é uma sequência de atos processuais legalmente estruturados em uma ordem cuja obediência é necessária para que a prestação jurisdicional seja implementada de forma eficaz e congruente com o estado em que se encontra o conflito judicial.

Por isso, é preciso a presença dos pressupostos de admissibilidade da ação, e o recolhimento das custas iniciais constitui pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, assim, a ausência do referido pressuposto impõe a extinção, bem como, o cancelamento da distribuição do feito, conforme o disposto no art. 290, do CPC, que.

No caso em análise, a parte autora foi devidamente intimada para emendar a inicial, porém permaneceu inerte, fato que impõem o seu indeferimento, a teor do que dispõe o art. 321, parágrafo único do CPC, in verbis:

- “Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a



emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

**Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.”**

Desse modo, ausente o recolhimento devido das custas iniciais, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, CPC, haja vista que a parte autora não promoveu a emenda determinada.

Sem custas e honorários.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Cumpridas as formalidades legais e em razão do disposto no art. 290 do CPC, cancele-se a distribuição do feito.

**TERESINA-PI, 1 de julho de 2020.**

**SEBASTIÃO FIRMINO LIMA FILHO**  
**Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

